

# Uma análise dos discursos conservadores sobre “ideologia de gênero” a partir dos estudos queer e do feminismo negro decolonial

An analysis of conservative discourses on “gender ideology” from queer studies and decolonial black feminism

**Pablo Ornelas Rosa**

Universidade Vila Velha, Vila Velha, Espírito Santo, Brasil

**Jésio Zamboni**

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil

**Breno Buxton dos Reis Vieira**

Universidade Vila Velha, Vila Velha, Espírito Santo, Brasil

## RESUMO

A intensificação de conflitos envolvendo direitos sexuais e reprodutivos tem sido tratada por distintos segmentos conservadores da sociedade brasileira como um ataque às tradições coloniais hierarquicamente consolidadas no Ocidente a partir de discursos encontrados em perspectivas teóricas orientadas tanto pelo pensamento escolástico, quanto pela psicologia evolutiva, difundida por figuras que só puderam se aproximar por meio da influência direta de Olavo de Carvalho, assim como de seus alunos e alunas, a exemplo de Ana Caroline Campagnolo. É por meio do reconhecimento desse embate abarcando perspectivas antagônicas sobre gênero e sexualidade que este artigo propõe uma análise genealógica sobre o uso da noção “ideologia de gênero”, tomando os estudos *queer* e o feminismo negro decolonial como ponto de partida, em contraposição aos discursos conservadores. Este texto encontra-se dividido em três partes: na primeira, serão apresentados os seus antecedentes e os consequentes eventos conservadores utilizados na legitimação de seus discursos; na segunda, será realizada uma análise sobre os principais referenciais teóricos mobilizados por autores que adotam uma postura reativa em relação aos estudos sobre gênero e sexualidade no Brasil; e por fim, na derradeira parte, evidenciaremos como que a crença na existência de uma natureza humana e sexual inata universalmente diferenciada entre homens e mulheres não se sustenta, quando tomamos como referência diversificadas pesquisas hodiernas orientadas pelos estudos *queer* e feminismo negro decolonial.

---

Recebido em 16 de junho de 2023.

Avaliador A: 19 de julho de 2023.

Avaliador B: 02 de agosto de 2023.

Aceito em 23 de outubro de 2023.

---



**Palavras-chave:** Ideologia de gênero, Conservadorismo, Direitos humanos.

## **ABSTRACT**

The intensification of conflicts involving sexual and reproductive rights has been treated by different conservative segments of Brazilian society as an attack on the colonial traditions hierarchically consolidated in the West from discourses found in theoretical perspectives oriented by both scholastic thought, as well as evolutionary psychology, spread by figures who could only approach through the direct influence of Olavo de Carvalho, as well as his students and pupils, like Ana Caroline Campagnolo. It is through the recognition of this clash encompassing antagonistic perspectives on gender and sexuality that this article proposes a genealogical analysis on the use of the notion “gender ideology”, taking the studies queer and black feminism decolonial as a starting point, as opposed to conservative speeches. This text is divided into three parts: in the first, will be presented their background and the consequent conservative events used in legitimizing their speeches; in the second, an analysis will be carried out on the main theoretical references mobilized by authors who adopt a reactive posture in relation to studies on gender and sexuality in Brazil; and finally, in the final part, we will show how the belief in the existence of a human and sexual nature universally differentiated between men and women does not hold, when we take as reference diverse current research oriented by queer studies and black feminism decolonial.

**Keyword:** Gender ideology, Conservatism, Human rights.

## **INTRODUÇÃO**

Desde o final da segunda metade do século XX é possível constatar tanto no cenário nacional quanto internacional uma crescente articulação de movimentos sociais que defendem os direitos sexuais e reprodutivos, bem como os direitos de minorias LGBTQIAPN+, abarcando certo reconhecimento político e social decorrente de conquistas como a união estável entre pessoas de mesmo sexo, a adoção de crianças por casais homoafetivos, a possibilidade legal de interrupção da gravidez a partir de circunstâncias previstas em lei, entre outras demais realizações que foram sendo conquistadas paulatinamente a muito custo.

Apesar de frequentemente encontrarmos realidades discrepantes acerca do reconhecimento das demandas desses movimentos sociais nas distintas regiões do país, é possível constatar que, ao menos desde a popularização dos métodos contraceptivos, da expansão dos movimentos

feministas e LGBTQIAPN+, encontramos uma progressiva melhoria nas condições de vida desses grupos tradicionalmente inferiorizados e marginalizados, embora ainda exista distintas violências cotidianas que incidam veementemente sob eles.

Essas conquistas parciais geraram reações por parte de setores mais conservadores da sociedade que, ao não suportar ouvir as demandas dessas minorias, decidiu combatê-las. Nesse caso, a articulação de dogmas religiosos<sup>1</sup> com afirmações pretensamente amparadas em pesquisas científicas orientadas pelos campos das ciências biológicas, medicina e certas psicologias de tradição evolucionista, entre outros, acabou por produzir conflitos crescentes nos mais variados segmentos da sociedade brasileira com o objetivo de fragilizar a luta desses movimentos sociais por meio da tentativa de fabricação de um novo regime de verdade.

Assim, diante do embate apresentado é possível encontrar diferentes perfis de representantes desses movimentos, contramovimentos ou mesmo movimentos contrarrevolucionários, que se reconhecem como conservadores e que passaram a utilizar a expressão “ideologia de gênero” para “desqualificar aqueles saberes que questionam a pretensa universalidade associada ao comportamento inato associado a homens e mulheres”<sup>2</sup>. Desse modo, “a designação acerca dessa expressão acaba por assumir um caráter pejorativo que desqualifica os estudos feministas”, bem como aquelas investigações que tratam das relações de gênero e sexualidade<sup>3</sup> “como construções políticas disfarçadas pelo véu da academia, da ciência e dos meios de comunicação corporativos, que teriam sido subvertidos pelo marxismo cultural”, conforme argumenta a maior parte dos defensores da chamada “ideologia de gênero”.

Em vista disso, encontramos em meio a essa abordagem “uma perspectiva conservadora associada a um campo religioso mais radical”, que “questiona impetuosamente aqueles estudos acadêmicos contemporâneos que buscariam certa desestabilização das normas sociais vigentes e, principalmente, a dissolução daquele modelo de família tradicional e colonial (homem-mulher-filhos)”, cujo principal objetivo seria a produção de uma configuração política revolucionária em termos socialistas. Diante disso, este texto propõe uma análise genealógica acerca da chamada “ideologia de gênero”, a partir dos argumentos apresentados por escritores conservadores que utilizam seus discursos para produzir, difundir e legitimar suas visões de mundo, também a partir de certa produção bibliográfica.

Sendo assim, o artigo foi dividido em três partes: na primeira, contextualizamos a

---

1 É necessário mencionar que este texto apresentado não busca criticar nenhum tipo de religião, tampouco aquelas de tradição católica e protestante. Todavia, a investigação não se furtou em mencionar o impulso exercido pelos segmentos mais refratários dessas religiões no combate ao novo inimigo: as teorias feministas e os estudos de gênero.

2 A locução em questão também é habitualmente usada com algumas variações, tais quais “teoria do gênero”, “teoria do gender”, “ideologia (do) gender”, entre outras (Junqueira, 2018).

3 Um influente esforço de conceituação do gênero foi dado por Joan Scott (1995) sob a forma de uma dupla proposição: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995, p. 86).

emergência desses discursos a partir de setores conservadores da Igreja Católica, além de mostrar sua penetração em algumas denominações evangélicas, considerando notadamente o emprego da chamada “ideologia de gênero” na defesa de pautas contrárias aos direitos sexuais e reprodutivos; na segunda, foram analisados alguns livros que têm sido diuturnamente mobilizados por esses agentes conservadores com o intuito legitimar os seus discursos; na terceira parte, apresentamos uma análise das obras conservadoras investigadas a partir de uma perspectiva orientada pelos estudos *queer* e feminismo negro e decolonial.

## NASCIMENTO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Ao realizar um levantamento bibliográfico sobre o nascimento do termo “ideologia de gênero”, Silva (2018) constatou sua incidência a partir de três perspectivas distintas: (i) associada ao machismo e à LGBTQIAPN+fobia, conforme encontramos nos estudos produzidos por pesquisadores progressistas; (ii) como agenda que visa impor um “apocalipse moral”, sugerido pelos autores conservadores investigados; e (iii) como falácia que distorce os estudos acadêmicos sobre gênero e sexualidade com finalidades políticas regressivas.

Nesse caso, é possível identificar um recurso retórico mobilizado pelos conservadores em torno da “ideologia de gênero”, associado a um processo de reação capitaneada por instituições religiosas que foram se sentindo ameaçadas pela produção acadêmica e, principalmente, pelos avanços em relação às políticas públicas nas esferas educacional, na saúde e no reconhecimento de pautas progressistas, tais quais os direitos sexuais e reprodutivos, os direitos LGBTQIAPN+, o casamento entre pessoas de mesmo sexo e a possibilidade de adoção de crianças por casais homoafetivos.

Um segundo aspecto que se faz necessário enfatizar diz respeito à presença de uma cosmovisão dogmático-religiosa que associa o binarismo homem-mulher a uma suposta ordem natural orientada pelo dogma monoteísta da criação divina. Não obstante, ainda encontramos um terceiro elemento que trata do emprego desse discurso como ferramenta primordial utilizada na difusão de uma mentalidade antigênero, também envolvendo uma articulação entre tal mentalidade e o discurso mais amplo do anticomunismo, agora apresentado sob uma roupagem que aponta para uma pretensa penetração da agenda comunista nas instituições estatais, nos meios de comunicação e nas relações cotidianas, promovidas pelo chamado marxismo cultural<sup>4</sup>.

---

4 As origens do construto conspiratório “marxismo cultural” estão ligadas a um reordenamento da direita estadunidense que situa autores como Antonio Gramsci, Herbert Marcuse, Theodor Adorno, entre outros, com uma mudança de horizonte político dentro do marxismo: a luta se daria não mais apenas a partir das relações de classe para um fim revolucionário abrupto, mas sim por meio da infiltração nas dimensões cultural, comunicacional e intelectual para a manipulação e conquista de “corações e mentes” dentro de um processo revolucionário insidioso

Miskolci e Campana (2017) desenvolveram uma importante análise sobre o termo “ideologia de gênero”, encontrando as suas raízes em textos escritos por autoridades eclesiásticas e por autores leigos vinculados à Igreja Católica, que foram difundidos a partir da década de 1990. Entre eles, destacam-se os manuscritos do então cardeal Joseph Ratzinger que, mesmo não designando necessariamente o termo “ideologia de gênero”, transpareceu seu núcleo argumentativo, fundamentando-se na ideia de que as lutas teóricas que se opõem às formas historicamente assumidas pela configuração de gênero como construção social de papéis sexuais, a partir dos dados biológicos, buscariam a dissolução da natureza sexual do ser humano e de sua biologia constitutiva, responsável por estabelecer os padrões diferenciais entre os sexos.

Diante disso, é possível compreender que palavras proferidas por uma autoridade religiosa com a envergadura de Ratzinger acabam por assumir uma fundamentação político-teológica que procura legitimar certa ordem natural sobre gênero e sexualidade estabelecida por desígnios divinos. Assim, a composição da chamada “ideologia de gênero”, com a sua formulação dogmática religiosa, não impediu que achados pretensamente científicos encontrados na argumentação daqueles que proferem discursos antigênero fossem devidamente instrumentalizados.

Contudo, compreende-se que investigações, como as realizadas por Miskolci e Campana (2017), Silva (2018) e Corrêa (2018), reconhecem que o início da radicalização conservadora emerge a partir dos anos 1990, como uma espécie de resposta aos avanços obtidos por esses movimentos sociais em importantes conferências internacionais, tais quais a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995 na cidade de Beijing, sob a tutela da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabeleceu certa adesão à perspectiva de gênero e sua incorporação em políticas públicas a serem efetuadas pelos governos ao redor do planeta.

Nos anos seguintes, parte significativa da Igreja Católica se opôs enfaticamente aos avanços das lutas feministas, destacando-se nessa ofensiva o Documento de Aparecida, forjado na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe em 2007, onde de fato emerge o termo “ideologia de gênero”. Ao tratar daqueles movimentos políticos associados à Igreja Católica que visavam desqualificar esse tipo de estudo, Luís Felipe Miguel constatou que “numa jogada paradoxal, a Igreja reforça sua centralidade política na medida em que busca despolitizar determinadas questões, invocando-as para a esfera em que sua autoridade seria mais legítima, que é a esfera da moral” (2021, p. 597).

As atuais atividades antigênero que passaram a ser conduzidas pela Igreja Católica são oriundas da Teologia do Corpo, mobilizada por Karol Wojtyła (João Paulo II). Essa pode ser

---

e, por isso mesmo, ainda mais perigoso. Essa narrativa foi exportada e encontra sua mais infeliz demonstração nas manifestações verbais e políticas do atual governo brasileiro. Para análises sobre o tema, ver Miguel (2021) e Castro Rocha (2021).

encontrada nas audiências gerais e documentos como exortações apostólicas, cartas apostólicas e encíclicas, ocorridas entre 1979 e meados da década de 1990, como uma doutrina que reconhece o papel da mulher como complementar ao homem, dotada de igual dignidade.

Desse modo, reconhecem a existência de um “gênio feminino” tratado como possuidor das características essenciais do cuidado, da sensibilidade, da compreensão e do amor, em decorrência de sua condição biológica reprodutiva, notadamente caracterizada pela gravidez e maternidade. Assim, foi por meio desse movimento doutrinal que a Igreja Católica disponibilizou um novo espaço para as mulheres em sua complementaridade em relação aos homens, porém mantendo uma abordagem naturalista e perpetuadora dos papéis femininos em função de certa essencialização da maternidade (Junqueira, 2018).

Todavia, a luta perpetrada contra a “ideologia de gênero” não deve ser concebida como fenômeno presente somente na realidade brasileira, tendo em vista que pesquisadores como Paternotte e Kuhar (2018), Ribeiro (2016), Cornejo-Valle e Pichardo (2017), Bernini (2018), Miskolci e Campana (2018), entre muitos outros, identificaram atividades antigênero em outros países<sup>5</sup>, evidenciando que esse tipo de discurso deve ser tratado como um fenômeno transnacional (Paternotte; Kuhar, 2018).

Ao tratarmos do contexto brasileiro é possível compreender que tanto o processo de redemocratização quanto a promulgação da Constituição de 1988 permitiram a mobilização de grupos feministas e LGBTQIAPN+ em busca de reconhecimento dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Isso ocorre porque nos governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), houve uma maior aproximação entre as reivindicações desses setores sociais, as políticas públicas e as instituições de Estado<sup>6</sup>.

Diretrizes apresentadas no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III) e no Plano Nacional de Educação (PNE), bem como na primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) e na primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (2008), evidenciam uma maior abertura governamental em relação à questão do aborto, permitindo a composição de um cenário propício para a eclosão de uma crescente reação do legislativo, das instituições religiosas e de setores conservadores da sociedade civil (Machado, 2018).

Não obstante, decisões promulgadas pelo poder judiciário, a exemplo do reconhecimento por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011, sobre a união estável entre pessoas de mesmo sexo, bem como a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2013, quanto

---

<sup>5</sup> Além dos exemplos mencionados, as iniciativas e mobilizações antigênero foram constatadas em vários países latino-americanos; para uma versão condensada de um esforço envolvendo vários pesquisadores e que cobriu o cenário recente em nove países latino-americanos, ver Corrêa (2021).

<sup>6</sup> Machado (2018) sublinha também o fato de que o começo de uma articulação entre movimentos feministas com a esfera estatal se dá a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso, à época vinculado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).



ao registro do casamento civil homoafetivo, certamente agravaram essa cruzada conservadora (Miskolci, 2017; Junqueira, 2018; Corrêa; Kalil, 2020).

Ao investigarem a difusão do termo “ideologia de gênero” no Brasil, Corrêa e Kalil (2020) constataram que ela teve início a partir de 2007, quando vertentes católicas assumiram inicialmente a dianteira dos ataques a esses grupos, para que depois os segmentos evangélicos passassem a desempenhar a função de principais divulgadores desse tipo de discurso. Assim, embora existam rivalidades entre esses dois campos religiosos, as autoras mostram a confluência de interesses entre ambos, que se opõem às lutas feministas e LGBTQIAPN+.

As denúncias apontadas na última década por grupos conservadores refratários ao programa Escola sem Homofobia (Mello, 2020; Nicolau, 2020; Junqueira, 2018; Miguel, 2021; Miskolci, 2016; Rocha, 2021; Rosa; Souza; Camargo, 2019; Corrêa; Kalil, 2020) e ao Programa Nacional de Educação (PNE), entre outros, intensificaram os ataques aos movimentos sociais. Nesse cenário, a popularização de iniciativas como o Movimento Escola sem Partido, criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, visando combater a suposta doutrinação marxista nas escolas, acabou sendo impulsionada pela difusão de discursos que passaram a instrumentalizar de forma desqualificadora o termo “ideologia de gênero” (Miguel, 2016).

## ARGUMENTOS CONSERVADORES SOBRE A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

No decorrer dessa seção analisaremos alguns livros publicados por autores conservadores que adotam uma perspectiva antigênero e que são recorrentemente citados com o objetivo de conferir certa legitimidade e dar ressonância aos discursos proferidos por agentes da extrema direita. Além disso, também apresentaremos algumas características acerca do que chamam de ideologia de gênero, tais quais a manipulação da linguagem, a infiltração marxista na imprensa e no sistema de educação, o apoio de organismos internacionais como a ONU, a União Europeia e a Organização dos Estados Americanos (OEA) (assim como o financiamento por fundos privados), as tentativas de desarticulação dos laços sociais por meio da dissolução da família heteronormativa e a pretensão esquerdista em atacar a cultura e a moral cristã em seu afã revolucionário.

Em *O livro negro da nova esquerda*, Agustín Laje e Nicolás Marquez (2018) apresentam uma interpretação sobre o declínio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sugerindo que os neocomunistas teriam abandonado o projeto revolucionário em detrimento de uma agenda capciosa voltada para a modificação de padrões culturais supostamente enraizados na tradição judaico-cristã, através da promoção de novos agentes articulados em movimentos de subversão, organizados em torno da defesa dos direitos humanos, ambientalismo, indigenismo,

feminismo, coletivos antirracismo e LGBTQIAPN+.

E de fato, parte dessas pautas foi divulgada pela grande mídia corporativa e organismos internacionais, porém não de uma forma conspiratória conforme insinuam os autores. Ademais, é necessário destacar que o diálogo entre acadêmicos e militantes de movimentos sociais não é desconhecido, principalmente no que se refere à articulação de uma agenda voltada à produção e à implementação de políticas públicas legitimadas e capitaneadas por organismos internacionais.

Outra característica comumente encontrada nas explicações de autores conservadores com viés antigênero, a exemplo de Agustín Laje e Nicolás Marquez (2018), diz respeito à aproximação desleixada acerca das diferentes abordagens teóricas, conceitos e categorias advindas de filósofos, cientistas sociais, psicólogos, ensaístas etc., que versam sobre a “ideologia de gênero”. Isso ocorre porque mesmo quando são realizadas distinções entre as abordagens proferidas por intelectuais advindos de perspectivas teóricas distintas, é bastante comum encontrar certa confluência forçada entre eles, na iminência desqualificá-los. Desse modo, autores tão díspares como Jean-Paul Sartre, Antonio Gramsci, Herbert Marcuse, Theodor Adorno, Wilhelm Reich, Simone de Beauvoir, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Ernesto Laclau, Betty Friedan, Judith Butler e Paul Preciado são colocados, de forma quase que automática, em rótulos como “neomarxismo” ou “pós-marxismo”.

Assim, o termo “marxismo” passa a ser utilizado imprecisamente, servindo como estratégia de articulação e confluência de distintas abordagens tradicionalistas, conservadoras, neoliberais e cristãs, na busca pela reativação daquele medo comunista de outrora, porém em pleno século XXI, onde o inimigo parece ser menos um conjunto identificável de países (como no caso da URSS e dos demais integrantes do encanecido bloco socialista), do que uma profusão de agentes, coletivos, movimentos, organizações e instituições difusas, que se opõem aos binarismos e demais reducionismos, tipicamente encontrados nos discursos sobre gênero e sexualidade proferidos por agentes da extrema direita.

Nesse sentido, Agustín Laje e Nicolás Marquez (2018) argumentam que, apesar de em seus primórdios ter representado a luta pela defesa de direitos civis e de propriedade, a influência do marxismo e de sua conseqüente mentalidade revolucionária nos estudos e movimentos feministas acabou culminando com a sua radicalização. Os autores ainda sugerem que, ao subverter aquelas identidades constituídas tradicionalmente no Ocidente, fundamentadas na existência de uma natureza humana inata atribuída a homens e mulheres, na heteronormatividade e na família patriarcal, os movimentos feministas hodiernos buscariam a destruição plena de seu legado civilizacional.

Em relação aos movimentos LGBTQIAPN+, constatamos que o termo “perversão” foi utilizado pelos autores para tratar daqueles sujeitos que não se enquadram no padrão heteronormativo, indicando falta de objetividade no uso dessa palavra - que no passado era empregada pelo campo *psi* para patologizar condutas. Como exemplo, Agustín Laje e Nicolás



Marquez insinuam que os movimentos LGBTQIAPN+ manipulariam a linguagem, já que “uma das principais vitórias filológicas alcançadas pela máquina de propaganda de gênero, sem dúvida, tem sido impor o léxico popular a palavra gay”. Ao problematizarem sobre esse termo e suas eventuais traduções, os autores afirmam que “uma conotação sorridente e festiva é dada a um comportamento que está em desacordo com a natureza” (Laje; Marquez, 2018, p. 180).

Não obstante, quando se referem a demandas pelo casamento entre pessoas de mesmo sexo, Agustín Laje e Nicolás Marquez declaram que “a condição homossexual de uma pessoa não a torna mais digna ou menos digna do que a de um heterossexual, ela a torna diferente”. Assim, sustentam que “pelas próprias características de seu modo sexual de vincular-se, não é pertinente obter qualquer artifício legal para exercer uma função social que a própria natureza nega” (Laje; Marquez, 2018, p. 195).

Tudo isso nos levaria a crer que estamos tratando, evidentemente, de apontamentos homofóbicos. Porém, para os adeptos da perspectiva antigênero, o próprio uso da palavra homofobia seria uma espécie de tática famigerada conduzida pelos “ideólogos de gênero” para conter a liberdade de expressão, silenciando aqueles que se recusam a aceitar a destruição do casamento heterossexual e da família patriarcal, consagrados no Ocidente pelo cristianismo.

Ainda que de uma forma mais branda, o padre católico e professor universitário Olivier Bonnewijn (2015) também associou os estudos de gênero ao espectro político da esquerda, embora tenha reconhecido menor pujança do marxismo revolucionário soviético em detrimento dos movimentos identitários emergentes, refletindo o fim de uma era em que as grandes utopias teriam sido descartadas (inclusive o próprio marxismo), passando a vigorar os “imperativos do mercado econômico, as leis das pulsões sexuais e as restrições das estruturas de poder” (Bonnewijn, 2015, p. 142). O autor também sugere que os estudos de gênero, de modo geral, buscariam desconstruir a linguagem, a família patriarcal, a heterossexualidade e a maternidade.

De fato, esse tipo de abordagem desconstrutivista se faz presente em alguns estudos feministas contemporâneos, entretanto, como se trata de pontos de vistas plurais e distintos, torna-se necessário compreender acerca de qual perspectiva feminista se está tratando especificamente quando se faz esse tipo de afirmação. Aliás, é possível encontrar distintos estudos de gênero que operam atualmente para além do desconstrutivismo, a exemplo de Maria Luiza Heilborn (2004), que ao realizar uma investigação comparando três modalidades de casais (homens-homens, mulheres-mulheres e homens-mulheres), constatou que o par heterossexual seria aquele que mais expressa o que chamou de “complementaridade”, evidenciando que as qualidades de que naturalmente requeremos enquanto homens e mulheres não são defeitos ou carências do sexo complementar.

Dando continuidade às análises acerca das publicações conservadoras, encontramos em boa parte dos discursos antigênero a presença da Teologia do Corpo, que pode ser constatado nos argumentos apresentados por Jorge Scala (2011) em seu livro intitulado *Ideologia de gênero*. Esse manuscrito não apenas foi pioneiro no ataque aos estudos sobre gênero e sexualidade,

como certamente é um dos textos mais difundidos pelos conservadores no Brasil, conforme encontramos recorrentemente citado por Ana Carolina Campagnolo (2019) em seu livro *Feminismo: Perversão e Subversão*. Segundo o autor:

[...] é preciso descobrir que as qualidades de que naturalmente carecemos - como homem ou mulher - não são defeitos ou carências do sexo complementar; mas que, muito ao contrário, são virtudes de outras pessoas, das quais temos muito o que aprender. E isto é decisivo: não é que minha visão global masculina seja melhor que a visão detalhista feminina. Nenhuma é melhor que a outra. Ambas são diferentes, mas o sentido da diferença é complementar-se - em perfeita sinergia - para concretizar um projeto novo, diferente e superador; que teria sido impossível de ser realizado somente pelas mulheres ou somente pelos homens (Scala, 2011, p. 124).

Desse modo, parece ser necessário mencionar que foi através da influência de autores como Agustín Laje e Nicolás Marquez (2018), Jorge Scala (2011), Olivier Bonnewijn (2015) e, principalmente, de Carvalho (2014), que Ana Caroline Campagnolo (2019) pôde produzir uma avaliação histórica altamente inflamada sobre os diferentes movimentos feministas ao longo da história<sup>7</sup>. Pois, segundo ela, desde suas origens encontradas em figuras como Mary Wollstonecraft, o feminismo já apresentava características deletérias, reforçadas posteriormente pelas novas ondas feministas.

Outro importante elemento constitutivo do discurso de antigênero que emerge nessa esteira conservadora diz respeito à denúncia da escola pública, assim como do campo universitário e dos meios de comunicação corporativos, retratados como territórios de doutrinação ideológica direcionada à corrosão da família, do casamento e da heterossexualidade por meio de uma tática revolucionária. Nesse caso, passou a ser atribuído ao feminismo certa pretensão em demolir os pilares da cultura ocidental, constituída pela moral judaico-cristã, filosofia grega e direito romano, visando subverter a vocação da mulher como primordialmente vinculada ao lar. Segundo a autora:

Quando os conservadores dizem que as mulheres devem cumprir sua função no lar e na sociedade como esposas e mães, é considerando que essa é sim a vocação das mulheres que estão sendo ludibriadas por um discurso de vida fácil, fajuta e promíscua oferecido pelos coletivos feministas. O sucesso das feministas está em dissuadir as mulheres da ideia de se casarem, mas não colocarem nada de valor no lugar. Quantas militantes feministas conhecemos que tenham abandonado suas famílias, maridos e filhos para fazer algo realmente grande em prol da humanidade? E mais: se o cristianismo é assim tão perverso, que outra vida propõem as feministas? Que grande e irresistível modo de vida é esse que supera dois mil anos de tradição e cultura? (Campagnolo, 2019, p. 310-311).

No trecho acima fica evidente que o principal argumento mencionado pela autora para

---

<sup>7</sup> Eleita deputada estadual em Santa Catarina nas eleições de 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL), partido pelo qual foi eleito presidente Jair Messias Bolsonaro nas mesmas eleições.

legitimar sua visão essencializada de mulher e do cristianismo se fundamenta na crença acerca da existência de uma natureza humana e social inata associada ao universo feminino. Todavia, podemos encontrar um outro problema exposto por Agustín Laje e Nicolás Marquez (2018), Olivier Bonnewijn (2015), Jorge Scala (2011) e Ana Carolina Campagnolo (2019) que diz respeito à influência que a ideologia de gênero passou a exercer junto à instituições como a Organização das Nações Unidas, a União Europeia e a Organização dos Estados Americanos que, segundo eles, poderia ser constatada por meio do financiamento de encontros, eventos e programas que envolvem pesquisas conduzidas pelos estudos de gênero além do fomento à alteração de legislações em busca do reconhecimento e defesa das pautas feministas e LGBTQIAPN+.

A justificativa para posicionamentos pretensamente universais a partir de certa legitimidade encontrada nas ciências biológicas tem sido o principal argumento utilizado pelos conservadores para desqualificar os estudos de gênero. Segundo Jorge Scala, “a autoconstrução do próprio *gênero* a margem do sexo biológico jamais foi comprovada de maneira experimental” (2011, p. 105). Por conseguinte, Laje e Marquez, afirmam algo semelhante, sustentando que “sabe-se que tanto o androgênio quanto o estrogênio, hormônios masculinos e femininos, respectivamente, têm diferentes efeitos no cérebro durante o desenvolvimento fetal” (2018, p. 111). Porém, como são plurais, nem todas as perspectivas feministas compartilham da crença em uma pretensa cientificidade sobre a noção de gênero.

Ao constatar que o campo científico passou a ser utilizado para conferir certa legitimidade aos discursos conservadores, foi possível averiguar a incidência de certo sugestionamento acerca do tratamento de “reorientação” de homossexuais, que paulatinamente foi se popularizando nas últimas décadas. Em seus estudos sobre essa questão, Machado (2017) mostrou como que o depoimento de pessoas “reorientadas” passou a ser utilizado como estratégia adotada por parlamentares e líderes religiosos na difusão da tese de que a homossexualidade estaria associada à abusos sexuais e outras demais violências, estabelecendo certa compreensão de que o desvio sexual, ou seja, condutas que escapam à heterossexualidade, estaria associado a eventos traumáticos da infância.

O ordenamento jurídico também tem sido utilizado pelos conservadores como estratégia de legitimação do discurso antigênero. No atual cenário brasileiro vimos emergir apelos ao texto constitucional que visam impor o modelo de família tradicional (composta homem-mulher-filhos) como única possibilidade legal, além dos tratados internacionais, a exemplo da Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), que estabelecem os direitos dos pais e tutores de reivindicarem uma educação congruente com seus valores morais e religiosos (Silva, 2018; Miguel, 2016; Miskolci, 2018).

Nos livros que consultamos, escrito por autores conservadores, encontramos como principal argumento para o impedimento do casamento homoafetivo, a ideia de que o casamento entre pessoas de mesmo sexo não deveria ter o mesmo status que um casamento heterossexual,

porque este seria constituído por laços entre seres complementares que buscariam gerar uma prole. Assim, seria necessária a proteção desse arranjo familiar tradicional por parte do Estado, o que não deveria acontecer com o casamento homoafetivo.

Esse tipo de artimanha marcada pela busca por certo respaldo jurídico para perpetrar uma cruzada antigênero vem sendo articulada por grupos conservadores não apenas no Brasil, mas também nos Estados Unidos, conforme assinalou Wendy Brown (2019). Segundo a autora, o direito à liberdade religiosa garantido constitucionalmente tem sido manipulado por organizações e ativistas conservadores para defender manifestações sexistas e homofóbicas.

Os direitos são a ponta de lança com a qual os compromissos democráticos com a igualdade, a civilidade e a inclusão são contestados nas batalhas legais neoliberais. Mas as forças por trás deles, que realizam incursões contra a sociedade e a democracia, são os valores e reivindicações do mercado, combinados com aqueles do familismo heteropatriarcal cristão (Brown, 2019, p. 140).

Conforme destacamos, há ainda um outro importante elemento presente nesses discursos conservadores e cristãos acerca dos estudos de gênero que é a denúncia da manipulação linguística de palavras e expressões. Embora não apresentem necessariamente uma carga ameaçadora, muitas vezes palavras como liberdade, direitos humanos, igualdade e até mesmo gênero, são mobilizadas para outras finalidades. Segundo Jorge Scala (2011), os termos sexo e gênero haviam sido utilizados inicialmente pelo movimento feminista como sinônimos para que depois fosse possível substituir o vocábulo “sexo” por “gênero”.

Esse argumento foi reforçado pelo afamado psicólogo conservador Jordan Peterson que, após reconhecer que as mulheres passaram a conquistar cada vez mais espaços nas universidades, declarou que esse fato teria sido prejudicial tanto para homens quanto para mulheres. Segundo ele, esse agravo teria ocorrido porque a escolha por uma carreira profissional por parte das mulheres provocaria certa instabilidade e fragilidade nos relacionamentos, casamento e família. Assim, ao sugerir que mulheres bem-sucedidas profissionalmente prefeririam homens com o nível educacional e *status* semelhante (ou superior), Peterson afirma que “elas precisam de alguém capaz de sustentar mãe e filho quando necessário. É um ato compensatório perfeitamente racional, embora também possa ter uma base biológica” (2018, p. 348-349).

No entanto, é necessário destacar que o conservadorismo antigênero diuturnamente se utiliza de achados descontextualizados advindos das ciências biológicas, tais quais as fisiologias hormonal, sexual e reprodutiva, além da genética, para conferir certa racionalidade ao seu discurso. Todavia, nem todos os conservadores compartilham dessa teoria sustentada em bases biológicas, conforme afirma Scala (2011, p. 105) ao se referir à biologia evolutiva como uma “superstição mítica, contestada pelos dados empíricos”.

Diferentemente dessa abordagem, Jordan Peterson (2018) é um exemplo de psicólogo conservador que apresenta suas análises ancoradas em uma perspectiva evolucionista, tendo uma considerável visibilidade internacional. Apesar de não versar precisamente sobre a

“ideologia de gênero”, preferindo tratá-la enquanto teoria construtivista social, é possível encontrar semelhanças entre as análises desse autor conservador e dos demais mencionados, uma vez que ao se opor às formulações feministas sobre o patriarcado, ele avalia que:

[...] ao longo da história, homens e mulheres lutaram ferozmente para se libertar dos horrores devastadores da privação e da necessidade. As mulheres frequentemente estavam em desvantagem durante essa luta, pois possuíam todas as vulnerabilidades dos homens, mas carregavam o fardo reprodutivo e tinham menos força física. Além da sujeira, miséria, doença, fome, barbárie e ignorância que caracterizavam as vidas de ambos os sexos muito antes do século XX (quando mesmo as pessoas no mundo ocidental normalmente sobreviviam com menos de um dólar em dinheiro de hoje), as mulheres também tinham que suportar as sérias inconveniências práticas da menstruação, a alta probabilidade de uma gravidez indesejada, a probabilidade de morte ou graves danos durante o parto e o fardo de criar muitos filhos pequenos. Talvez essa seja razão suficiente para a diferença no tratamento legal e prático de homens e mulheres que caracterizou a maioria das sociedades antes das recentes revoluções tecnológicas, incluindo a invenção da pílula anticoncepcional. Pelo menos esses fatores devem ser levados em conta antes que a presunção de que homens tiranizaram as mulheres possa ser aceita como truísmo (Peterson, 2018, p. 351).

Desse modo, tanto as menções explícitas aos domínios da racionalidade nas escolhas humanas, de um lado, quanto os esforços em tentar explicar as diferenças políticas entre os gêneros com base em um passado evolutivo caracterizado por diferenciações anátomo-fisiológicas entre homens e mulheres, de outro, são explicações que têm sido utilizadas por diferentes perspectivas do conservadorismo antigênero para legitimar os seus discursos pretensamente científicos por meio de citações proferidas por autores de áreas como as ciências biológicas, as disciplinas psi e a economia.

## **CRÍTICA AOS DISCURSOS CONSERVADORES SOBRE A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”**

A perspectiva adotada em nossa análise pressupõe que toda a sorte de conflitos que envolve os estudos de gênero está relacionada com aquelas considerações expressas por Michel Foucault (2020), através da compreensão de que o “sexo” e a “sexualidade” teriam aparecido na modernidade como um dispositivo marcado pelo encontro do poder disciplinar - anátomo-política do corpo - com a biopolítica - regulamentação da população e da espécie. Sendo assim, não partimos da compreensão de que o sexo seria um dado natural com suas práticas devidamente classificadas e normalizadas, mas como o resultado de relações de poder estabelecidas em articulação com um conjunto de saberes que passou a prescrever e controlar tais condutas.

Foucault (2020) constatou que, embora tenha sido considerada uma grande novidade

produzida pelo cristianismo, a sexualidade atravessou diferentes momentos da história, alcançando a modernidade. Isso aconteceu porque, segundo o autor, após a vigência do período greco-romano teria ocorrido certa desvalorização do sexo, apesar deste ter elaborado um novo tipo de relação do sujeito consigo mesmo. Para ele, a relação de autoexame contínuo pelo qual todos deveriam passar inevitavelmente através do escrutínio de seu próprio desejo sexual no decorrer de sua vida, faria com que o sujeito no cristianismo devesse ir em busca de sua relação com a *verdade* por meio da experiência da carne (Foucault, 2016).

É necessário evidenciar essas ponderações orientadas pela analítica foucaultiana (e levada adiante por muitos outros autores e autoras), pois elas expõem um dado fundamental para a nossa análise: a compreensão de que a noção de identidade sexual fixa e permanente como eixo proeminente do ser humano estaria vinculada à própria concepção de *verdade* no cristianismo, o que nos ajuda a entender o motivo de toda essa preocupação com o sexo e com a suposta ameaça de desintegração de tais identidades fixas associadas a homens e mulheres, inclusive do próprio modelo de família heteropatriarcal.

Nesta última seção, buscamos analisar algumas evidências que mostram como que a concepção essencialista e universalista apresentada por esses autores conservadores não se sustenta sob uma perspectiva foucaultiana, tendo em vista que serve de legitimação discursiva na defesa da existência de uma natureza humana sexualmente inata, com diferenças bem definidas entre homens e mulheres a partir de critérios biológicos.

Todavia, apesar de epistemologicamente ancorarmos a nossa análise nos escritos de Michel Foucault (2016; 2020) e em seus desdobramentos a partir dos estudos *queer* (Preciado, 2018) e do feminismo negro decolonial (Oyewumi, 2021), é necessário destacar que existem perspectivas feministas que não descartam a crença na existência de uma base biológica presente no comportamento de homens e mulheres. Entretanto, não será essa a abordagem por nós adotada.

Precedentemente, constatamos que as críticas apontadas pelos conservadores - aos pesquisadores orientados pelos estudos de gênero - se dão a partir de repetidas justificativas pretensamente universais e de cunho biológico, utilizadas com o objetivo de legitimar as diferenças no comportamento de homens e mulheres. Segundo eles, as peculiaridades reprodutivas associadas às mulheres (menstruação, gravidez, parto, maternidade etc.), sua eventual fraqueza física se comparada aos homens, bem como as diferenças nos papéis culturais que elas desempenhariam, estariam sustentadas sob bases biológicas.

A menção a uma pretensa racionalidade encontrada na escolha de um parceiro que poderia sustentar os filhos, as diferenças percebidas entre homens e mulheres que foram alicerçadas por um fundamento evolutivo e a postulação de uma explicação biológica como chave elucidativa para tratar das diferentes condutas associadas a homens e mulheres (a exemplo da preferência das garotas em tratar com pessoas e dos garotos em lidar com coisas), evidenciam como que o discurso conservador presente nos escritos de Peterson (2018) se fundamenta em uma visão



essencialista dos sexos que se utiliza de disciplinas científicas como estratégia de legitimação de seus discursos antigênero.

Certamente um dos saberes científicos que mais tem sido mobilizado no século XXI para legitimar esse tipo de discurso antigênero é a psicologia evolucionista<sup>8</sup>, desenvolvida através do estreitamento de relações entre a pesquisa comportamental e subjetiva e a biologia evolutiva. Para Susan McKinnon (2021), haveria certa tendência na produção acadêmica conduzida por essa abordagem em apostar na explicação do comportamento humano como resultante daquelas estratégias de maximização do sucesso genético de um indivíduo através da proliferação de seus genes por meio de sua prole.

Essa abordagem compreende que o sucesso reprodutivo estaria associado à seleção sexual, sendo o modo pelo qual a evolução humana teria operado ao longo de sua história. A partir desse enfoque, podemos diagnosticar alguns problemas que envolvem explicações orientadas por esse novo campo do conhecimento, a exemplo do determinismo biológico decorrente dessa concepção que considera a imensa gama de comportamentos humanos em termos de uma finalidade soberana; a proliferação da carga genética individual; as dificuldades enfrentadas por essa disciplina em explicar interações altruístas e que escapam à lógica individualista da transmissão da carga genética; a postulação de um presumido ambiente ancestral (caracterizado pelo período do Pleistoceno) nos quais foram forjados os comportamentos da espécie humana até os dias de hoje; e, o mais relevante para a discussão apresentada, a definição das preferências sexuais contemporâneas em termos de uma lógica genética. Segundo McKinnon (2021, p. 64):

Os psicólogos evolucionistas partem de duas suposições inter-relacionadas sobre a assimetria de gênero nos investimentos reprodutivos. De um lado, como o investimento reprodutivo masculino pode se concretizar em um tempo relativamente curto, presume-se que o sucesso reprodutivo dos homens seja limitado pela capacidade de acesso ao maior número possível de fêmeas férteis e de garantia da paternidade das crianças nas quais efetivamente invistam no longo prazo. De outro, como os investimentos reprodutivos femininos se concretizam em um tempo relativamente longo, o sucesso reprodutivo das mulheres é limitado pela capacidade de acesso a homens que disponham de recursos suficientes para sustentar uma prole pequena.

Essas afirmações proferidas por tributários da psicologia evolucionista foram veementemente contestadas por McKinnon (2021), através de suas críticas antropológicas, que questionaram aqueles pressupostos pretensamente universais que se apresentam como reflexos de uma mentalidade ocidental e moderna, desqualificando os demais povos e culturas. Nesse caso, a autora mostrou como que a “incidência da promiscuidade em homens e em mulheres varia transculturalmente” (McKinnon, 2021, p. 74) e, principalmente, como que:

---

<sup>8</sup> Além da já mencionada proximidade entre a psicologia evolutiva e os posicionamentos de Peterson (2018) sobre gênero, Laje e Marquez (2018) recorrem aos argumentos apresentados por Steven Pinker, principal expoente da psicologia evolucionista, para embasar sua defesa quanto ao caráter biológico das diferenças comportamentais entre os sexos.

[...] as variedades de sexualidade masculina e feminina são organizadas por ideias e valores particulares sobre corpos, fluidos corporais e gênero. E, além disso, são constituídas por entendimentos culturais sobre o lugar da sexualidade nas ideias sobre vida e morte e sobre seu valor em comparação com outros objetivos da vida humana (McKinnon, 2021, p. 79).

Desse modo, não haveria nenhuma novidade nas ciências humanas se simplesmente observássemos a variabilidade desses marcadores de diferença, apenas descrevendo como eles operaram. A análise desenvolvida por Susan Bordo (1993) explica como que a cultura ocidental passou a subordinar a mulher ao desejo masculino, sexualizando, mercantilizando corpos e reiterando tradicionais assimetrias dentro das quais a mulher desde sempre esteve associada ao seu corpo. Nesse sentido, a autora argumenta que essa relação faria parte de todo um arranjo cultural de poder em que o desejo masculino circunscreveria as experiências femininas, privando-as de uma sexualidade representável em seus próprios termos.

As pesquisas acadêmicas sobre gênero e sexualidade realizadas hodiernamente não somente interpelam essa pretensa universalidade monoteísta encontrada no pensamento ocidental, como ainda questionam certos pressupostos presentes nas teorias feministas que nasceram nos continentes europeu e americano. Isso porque os atuais estudos de caráter socioantropológico não respaldam essa compreensão que envolve a existência de um comportamento inato e universal atribuído a homens e mulheres - algo que também tem sido um pressuposto para diferentes teóricas feministas.

Um exemplo dessa crítica à universalidade do conceito de gênero pode ser encontrado nas ponderações de Oyeronke Oyewumi (2021), que considera útil o emprego dessa noção para tratar das relações entre homens e mulheres circunscritas às sociedades ocidentais, porém compreende que ela não poderia ser generalizada para outras demais culturas, a exemplo da sociedade nigeriana oyó-ioruba - que, ao contrário, se caracteriza pela senioridade, marcada pelas diferenças cotidianas no convívio social a partir de distinções etárias.

Daí a necessidade da autora em enfatizar, através de sua investigação sobre aquela sociedade, a marcação de “homens” e “mulheres” a partir da classificação de machos anatômicos (anamachos) e fêmeas anatômicas (anafêmeas), distanciando suas análises daqueles pressupostos associados à noção de gênero, já que essa categoria não teria (a mesma) relevância para a sociedade Iorubá. Aliás, a autora chama a atenção para o fato de que a própria língua iorubá não apresenta marcações de gênero, conforme ocorre no Ocidente. Diante disso, a socióloga nigeriana argumenta que, do ponto de vista histórico, o processo de colonização britânica teria sido o grande responsável pela inserção da categoria gênero em sua língua<sup>9</sup>.

---

9 Oyewumi (2021) apresenta dois exemplos que dizem respeito a pressuposições ocidentais (mesmo entre pesquisadores contemporâneos) de que figuras dotadas de grande autoridade política na antiga sociedade oyó-iorubá eram “reis”, marcando assim a generificação política tipicamente ocidental (a concentração da autoridade política quase sempre em mãos masculinas) em um povo cuja organização social não era assentada em termos

Esse tipo de pesquisa desenvolvida por Oyewumi (2021) não apenas nos auxilia na compreensão sobre a complexidade de fenômenos existentes nas mais distintas culturas e povos ao redor do planeta, como nos permite questionar a crença dos autores conservadores na universalidade do comportamento inato associado a homens e mulheres. Além disso, a autora enriquece o debate em torno da noção de gênero, ao demonstrar que a aceitação quase que automática de sua onipresença sociocultural e histórica, assim como do patriarcado, não pode ocorrer sem passar por um exame atento sobre a diversidade cultural.

Ao ser confrontado por pesquisas científicas recentes, o ativista antigênero se depara com ao menos três problemas: o primeiro, sustentado na crença acerca da superioridade civilizacional do Ocidente, que acarretaria uma abordagem etnocêntrica e até mesmo racista, na medida em que ignoraria as contribuições culturais de matriz ameríndia e africana; a segunda, consistiria em negar qualquer consistência intelectual no campo das ciências sociais, aferrando-se aos campos das ciências naturais, a partir de uma dimensão cristã, porém seletiva da biologia, conforme encontramos no posicionamento antievolucionista empregado por Jorge Scala (2011); e uma terceira, que seria mais coerente com o tempo presente, pois presumiria certo abandono do ativismo antigênero em prol de uma perspectiva inclusiva e pluralista, que não geraria conflitos com suas crenças religiosas, já que estes decorreriam de dogmas sobre o matrimônio e a família associados ao fundamentalismo cristão.

As discordâncias em relação à crença na existência de uma identidade fixa atribuída ao sujeito, que naturaliza a categoria “mulher”, está presente nas análises de Teresa de Lauretis (1994) acerca da noção de tecnologia de gênero. Segundo a autora, a representação e autorrepresentação seriam produtos de diferentes tecnologias sociais, a exemplo do cinema, que produz discursos e imagens amparadas em epistemologias e práticas institucionalizadas circunscritas à dimensão cotidiana da vida.

Foi através da noção de tecnologia de gênero, apresentada por Teresa de Lauretis (1994), que Paul B. Preciado (2018) constatou que o ingresso no século XXI culminou com a emergência da era farmacopornográfica. Essa seria marcada por “um regime pós-industrial, global e midiático”, caracterizado pela confluência entre tecnologias avançadas na manipulação de moléculas naturais e/ou sintéticas (a exemplo de hormônios como a progesterona e o estrogênio, bem como a invenção da pílula anticoncepcional) e a disseminação de aparatos semiótico-técnicos da subjetivação sexual, com a pornografia como produto-chave da nova cibereconomia e com a difusão das representações de gênero por meio do próprio cinema. Pois, tanto para Lauretis (1994) quanto para Preciado (2018), os filmes teriam construído imagetivamente no Ocidente as “masculinidades” e “feminilidades”, sendo que as cirurgias cosméticas e sexuais também comporiam esse complexo farmacopornográfico identificado por

---

de gênero. Algo semelhante ocorre nas interpretações de que as divindades dessas comunidades são também marcadas pelo gênero, o que também não se sustenta, de acordo com Oyewumi.

Preciado<sup>10</sup>.

As matérias-primas do processo produtivo atual são a excitação, a ereção, a ejaculação, o prazer e o sentimento de autossatisfação, controle onipotente e total destruição. O verdadeiro motor do capitalismo atual é o controle farmacopomográfico da subjetividade, cujos produtos são a serotonina, o tecnossangue e os hemoderivados, a testosterona, os antiácidos, a cortisona, o tecnoesperma, os antibióticos, o estradiol, o tecnoleite, o álcool e o tabaco, a morfina, a insulina, a cocaína, os óvulos vivos, o citrato de sildenafil (Viagra) e todo complexo material e virtual que participa da indução de estados mentais e psicossomáticos de excitação, relaxamento e descarga, e também no controle total e onipotente. Nessas condições, o dinheiro se toma uma substância psicotrópica significante e abstrata. O sexo é o corolário do capitalismo e da guerra, o espelho da produção. O corpo sexual e viciado e o sexo e todas as suas derivações semiótico-técnicas são, daqui em diante, o principal recurso do capitalismo pós-fordista (Preciado, 2018, p. 42).

As análises apresentadas por Preciado (2018) são importantes não somente porque nos permite compreender as bases que sustentam os discursos conservadores, mas porque, ao seguir os seus passos analíticos para compreender o tempo presente, acabamos reconhecendo que a “ideologia de gênero” deixou de ser uma estratégia de corrosão contínua da família, do casamento e da coesão social para se tornar um gigantesco e mutante aparato jurídico, econômico, sociocultural e estético que abarca a ciência, as artes, a tecnologia, os negócios e a própria construção das subjetividades contemporâneas.

Para o autor, a era farmacopornográfica se caracterizaria também pela adesão ao neoliberalismo que, através da produção de gênero, estabeleceria a sequência “um indivíduo = um corpo saudável = um sexo = um gênero = uma sexualidade = uma propriedade privada” (Preciado, 2018, p. 127). Desse modo, as indústrias farmacêuticas e biotécnicas e as novas técnicas de reprodução assistida, que funcionam dentro de uma estrutura legal heteronormativa, redesenhariam incessantemente as fronteiras entre os gêneros, “transformando o sistema econômico, heterossexual e político em um meio obsoleto de gestão da subjetividade” (Preciado, 2018, p. 134).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto analisamos a cruzada antigênero que foi difundida nos mais variados países, utilizando-se de *slogans*, argumentos, intelectuais, livros e organizações, com o objetivo de

---

<sup>10</sup> Nesse caso, a introdução pelo médico estadunidense John Money do termo “gênero” no debate público, sinaliza, segundo Preciado (2018, p. 124), um ponto de inflexão que evidencia certo construtivismo do próprio discurso médico que passa a atribuir ao corpo certa condição de “sistema tecnovivo segmentado e territorializado por diferentes tecnologias políticas (textuais, informáticas, bioquímicas)”.

legitimarem os seus discursos, além de repercuti-los em diversificados segmentos da opinião pública. Ao enfatizar o caso brasileiro, constatamos que os conservadores e demais agentes da extrema direita conseguiram obter certo êxito ao elegerem representantes nos poderes executivo e legislativo principalmente a partir das eleições de 2018, contribuindo significativamente com a ascensão de frentes de batalhas discursivas em torno de coalisões. Essas, paulatinamente foram se articulando com representantes de organizações religiosas, políticas, jurídicas, médicas, militares, empresariais etc., que passaram a veicular incessantemente esse tipo de conteúdo nos mais variados meios de comunicação corporativos e em diferentes perfis disponíveis em plataformas digitais em busca da constituição de um novo regime de verdade.

Diante desse cenário, direcionamos os nossos esforços em produzir uma análise genealógica acerca da invenção da “ideologia de gênero”, compreendendo-a como um discurso produzido em um contexto internacional de recrudescimento moral de cunho religioso que trouxe implicações diretas para o cenário político brasileiro; para, em seguida, nos debruçarmos sobre as referências bibliográficas que passaram a ser mobilizadas na atribuição de uma suposta legitimidade científica associada às proposições conservadoras – a exemplo da crença inquestionável acerca da existência de uma “natureza humana” universal e inata intrínseca a homens e mulheres, que determinaria biologicamente suas condutas. Na sequência, traçamos uma retomada teórica dos estudos feministas, assim como dos estudos de gênero e sexualidade desenvolvidos pelas ciências humanas nas últimas décadas, destacando a importância do contexto e das particularidades sociais, culturais, históricas, políticas e econômicas na produção de sujeitos e de suas subjetividades.

Este artigo ainda propôs um diálogo sustentado por uma bibliografia clássica sobre os estudos de gênero e sexualidade, mas também por autoras e autores contemporâneas associadas aos estudos *queer* e ao feminismo negro decolonial, contrapondo-os aos argumentos conservadores. Não obstante, ao investigar a utilização das plataformas digitais para finalidades políticas foi possível compreender como que o discurso amparado na “ideologia de gênero” foi ganhando cada vez mais espaço na opinião pública na última década, apontando para o direcionamento de visões conflituosas capitaneadas por essas empresas tecnológicas que passaram a mobilizar discursos beligerantes com finalidades políticas na arena eleitoral, partidária e de Estado, que tem os movimentos sociais como alvo de sua perseguição.

Sendo assim, esta pesquisa analisou as mobilizações em torno da “ideologia de gênero” que obtiveram sucesso em aglutinar diversificados setores religiosos, políticos e sociais com viés conservador, disseminando, por variadas camadas da população, o medo em torno da dissolução do matrimônio e da família heteropatriarcal. Além disso, o apelo à “ideologia de gênero” culminou com o retorno do anticomunismo, que passou a ser utilizado como tática destinada à composição de uma frente unificada das diferentes perspectivas à direita, contrárias aos avanços das lutas de minorias étnicas, raciais e sexuais.

Essa articulação de forças agenciadas pela extrema direita, desde o seu nascimento,

esteve marcada por formulações dogmáticas católicas ou orientadas por certa perspectiva evolucionista, que respaldaram alguns assuntos por nós analisados neste artigo. Entre eles, podemos destacar: o uso das linguagens jurídica e científica na defesa de preconceitos com viés religioso; a argumentação jurídica e científica utilizada para impor dogmas confessionais sob o manto de legitimidade conferida pela lei e pela ciência; o ataque ao ensino público com o objetivo de inserir a noção de “ideologia de gênero” através de uma suposta doutrinação praticada pelo corpo docente; a concepção essencialista de ser humano orientada pela perpetuação de hierarquias, desigualdades e violências delas decorrentes; o retorno do discurso anticomunista sob o manto do “marxismo cultural”, que estabelece os movimentos feministas, negro e LGBTQIAPN+ como inimigos; assim como a denúncia envolvendo instituições internacionais, tais como a ONU, a União Europeia e a OEA, apontadas como agentes financiadores da “ideologia de gênero”.

Por fim, foi possível compreender que a base do discurso conservador antigênero, fundamentada em essencialismos e universalismos de fundo teológico ou evolucionista, não se sustenta quando confrontada com certos referenciais teóricos - a exemplo da analítica foucaultiana, bem como seus desdobramentos enquanto estudos *queer* e feminismo negro decolonial – que, ao interrogar seus pressupostos, identificou-se um viés etnocêntrico, incapaz de compreender e aceitar modos de ser e formas de existir.

## REFERÊNCIAS

1. BERNINI, Lorenzo. A “teoria do gender” na Itália: um posicionamento circunstanciado sobre um significante flutuante. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 543-556, 2018. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300007](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300007). Acesso em: 02 dez. 2024.
2. BONNEWIJN, Olivier. **Gender, quem és tu?** Sobre a ideologia de gênero. Campinas: Ecclesiae, 2015.
3. BORDO, Susan. **Unbearable Weight**. Berkley: University of California Press, 1993.
4. BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politéia, 2019.
5. CAMPAGNOLO, Ana. **Feminismo: perversão e subversão**. Campinas: Vide Editorial, 2019.
6. CARVALHO, Olavo de. **A nova era e a revolução cultural**. Campinas: Vide Editorial, 2014.
7. CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, Ignácio. La “ideologia de género” frente



- a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 50, e175009, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/JtLkHSJBSv9mVXP59kYtn5j/abstract/?lang=es>. Acesso em: 02 dez. 2024.
8. CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185301, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vwdzHh6pHS6ZBVskqfLrqrq>. Acesso em: 02 dez 2024.
  9. CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero em América Latina**: Brasil. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política, 2020.
  10. CORRÊA, Sonia (ed.). **Políticas antigênero na América Latina**. Resumos dos estudos de casos nacionais. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, 2021.
  11. FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.
  12. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.
  13. HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
  14. JUNQUEIRA, Rogerio Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1519-549X2018000300004](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004). Acesso em: 02 dez. 2024.
  15. LAJE, Agustín; MARQUEZ, Nicolás. **O livro negro da nova esquerda**. Curitiba: Danúbio, 2018.
  16. LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
  17. MACHADO, Maria das Dores Campos. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 351-380, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/zJ6NMkstvqtzVLRrfWfk4bF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2024.
  18. MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, São Paulo, v. 26, n. 2, e47463, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/pywfVLVSDYNnH8nzJV3MmQk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2024.
  19. MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 573-586, 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/>

- scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1519-549X2018000300009. Acesso em: 02 dez. 2024.
20. McKINNON, Susan. **Genética neoliberal**: uma crítica antropológica da psicologia evolucionista. São Paulo: Ubu, 2021.
  21. MELLO, Patrícia C. **A máquina do ódio**: Notas de uma repórter sobre fake News e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
  22. MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” a “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 02 dez. 2024.
  23. MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 62, e216216, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/>. Acesso em: 02 dez. 2024.
  24. MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, São Paulo, v. 32, p. 725-748, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2024.
  25. MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate a “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185302, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzvD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2024.
  26. NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
  27. OYEWUMI, Oyeronkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
  28. PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. “Ideologia de gênero” em movimento. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 503-523, 2018. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300005](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300005). Acesso em: 02 dez. 2024.
  29. PETERSON, Jordan. **12 regras para a vida**: um antídoto para o caos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.
  30. PRECIADO, Paul. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.
  31. RIBEIRO, Edméia. “Ideologia de gênero”: ofensiva reacionária, pânico e cruzada moral no México (2016). **Revista Antíteses**, Londrina, v.12, n. 24, p. 488-516, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/38184>. Acesso em: 02 dez. 2024.

32. ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.
33. ROSADO-NUNES, Maria José Fontellas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE. A intervenção da hierarquia católica. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, 2015. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n39p1237>. Acesso em: 02 dez. 2024.
34. ROSA, Pablo; SOUZA, Aknaton; CAMARGO, Giovane. O combate à “ideologia de gênero” na era da pós-verdade: uma cibercartografia das fakenews difundidas nas mídias digitais brasileiras. **Revista Sinais**, [s.l.], v. 23, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/29044>. Acesso em: 02 dez. 2024.
35. SCALA, Jorge. **Ideologia de gênero**: o neototalitarismo e a morte da família. São Paulo: Katechesis, 2011.
36. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 02 dez. 2024.
37. SILVA, Ivanderson. Em busca de significados para a expressão “ideologia de gênero”. **Revista Faculdade de Educação UFMG**, Belo Horizonte, v. 34, e190810, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/mdtzSGnQGMJTrNDk5LZSx9M/>. Acesso em: 02 dez. 2024.

*Pablo Ornelas Rosa*

Professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política e em Segurança Pública da Universidade Vila Velha e do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário do Vale Cricaré. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutorando em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9075-3895>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: [pablorosa13@gmail.com](mailto:pablorosa13@gmail.com)

*Jésio Zamboni*

Professor permanente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0360-7284>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: [jesiozamboni@gmail.com](mailto:jesiozamboni@gmail.com)

*Breno Buxton dos Reis Vieira*

Mestre em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8943-1242>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: [brenobuxton@yahoo.com](mailto:brenobuxton@yahoo.com)